



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 4 de dezembro de 2012

A CRITICA Sindicato dos Metalúrgicos estima que empresas concederão férias para 90 mil funcionários.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Manaus em último lugar no índice de desenvolvimento da Firjan	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma destaca parceria com iniciativa privada em portos.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Floresta Amazônica perde 240 mil km2	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dilma: regras para portos darão estabilidade ao investimento no setor	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO SP recusa plano do governo que barateia energia	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Dilma convoca Mantega e cobra ações para estimular a economia	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Ano foi perdido na avaliação da CNI	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Sindicato dos Metalúrgicos estima que empresas concederão férias para 90 mil funcionários		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Esta estimativa “exagerada” é de autoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM) e é questionada por representantes tanto da Federação da Indústria do Estado do Amazonas (Fieam) quanto do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

Moto Honda deve conceder as férias a partir do dia 24 de dezembro (Divulgação - Caio Batista)

Entre dezembro e janeiro, as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) devem enviar em torno de 90 mil trabalhadores para um “repouso temporário”. O que assusta é que o quantitativo apresentado pela entidade representa 73,04% das 123,22 mil pessoas empregadas no PIM, conforme dados de Indicadores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Esta estimativa “exagerada” é de autoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM) e é questionada por representantes tanto da Federação da Indústria do Estado do Amazonas (Fieam) quanto do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam).

O presidente da Fieam, Antônio Silva, comentou que “não existe nenhuma lógica” quanto ao que foi apresentado pelo Sindmetal. “Essa informação não tem cabimento. É normal ter férias coletivas no final do ano, que são programadas pelas indústrias, mas sempre ficam linhas de produção em

plena atividade”, analisou, tendo em vista que os 90 mil funcionários indicariam a paralisação de mais de 70% das indústrias da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Apesar de não ter o levantamento, o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, comentou que o número estipulado pelo Sindmetal é relativamente alto em relação ao quantitativo de funcionários que devem ficar em casa. Ainda assim, Périco destacou que o segmento de Duas Rodas é um dos que pode parar de forma mais brusca, em virtude dos estoques elevados. De acordo com ele, a atividade passa por dificuldades e, mesmo com as medidas de auxílio anunciadas pelo Governo Federal, a demanda por produtos está aquém da expectativa.

É o caso da Moto Honda, que deve conceder as férias a partir do dia 24. Conforme posicionamento da empresa, neste período estarão trabalhando apenas uma parte do pessoal administrativo e o pessoal de manutenção. Por causa da crise que assola o setor de duas rodas, este ano a empresa deve conceder 15 dias de férias coletivas ante os dez que tradicionalmente são dados.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Manaus em último lugar no índice de desenvolvimento da Firjan		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Embora seja uma das cidades mais ricas do país, Manaus está na última posição do ranking de desenvolvimento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), com o pior índice entre as capitais brasileiras - 0,7043 ponto.

Os dados constam na pesquisa divulgada, ontem (3), pela Firjan, que levou em consideração indicadores das áreas de saúde, educação, emprego e renda dos 5.565 municípios do Brasil, em 2010.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDFM), mesmo apresentando, em 2010, crescimento de 3,6% em relação a 2009, Manaus foi a única capital que ficou abaixo de 0,8 ponto no quesito emprego e renda com 0,7170 ponto.

A cidade também registrou baixo desempenho nos itens educação (0,6773) e saúde (0,7187). No total, a capital amazonense ficou em 319º lugar, ficando atrás de cidades que não possuem um polo industrial pujante como é a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Curitiba ficou com o melhor IFDM no ranking entre as capitais brasileiras ao atingir 0,9024 ponto, seguida de São Paulo (0,8969) e Vitória (0,8927).

A média brasileira do IFDM atingiu 0,7899 ponto em 2010, um crescimento de 3,9% em relação a 2009, mantendo-se na faixa de classificação de desenvolvimento moderado.

Na avaliação do economista Edson Fernandes, o baixo desempenho na parte do emprego e renda é resultado da

crise financeira mundial iniciada, em 2008, que se abateu sobre as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) nos anos seguintes.

“Com todos os investimentos que têm sido feitos, as melhoras em áreas como saúde e educação, por exemplo, foram poucas”, analisou o especialista.

Em 2010, seis cidades ainda apresentaram classificação de baixo desenvolvimento, ou seja, abaixo de 0,4 ponto no país. São elas: Jordão (AC), São Paulo de Olivença (AM), Tremedal (BA), Bagres (PA), Porto de Móz (PA) e Fernando Falcão (MA).

O IFDM varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento.

A Prefeitura de Manaus informou, por meio da Secretaria Municipal de Comunicação (Semcom), que a pesquisa não reflete a realidade dos indicadores da cidade porque se baseia em dados de dois anos atrás. Conforme a Semcom, desde o início da atual gestão, a prefeitura tem investido na saúde, educação e na capacitação profissional da população.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma destaca parceria com iniciativa privada em portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Programa que será anunciado na quinta-feira, vai estimular parcerias de governos com empresas, diz presidente

Rafael Moraes Moura

ENVIADO ESPECIAL / SÃO LUÍS (MA)

Confrontada com o péfio desempenho da economia brasileira neste ano, a presidente Dilma Rousseff destacou ontem que os investimentos públicos e privados são a "chave" do crescimento do País e disse que o programa de investimento em portos, a ser anunciado na quinta-feira, vai olhar para a parceria entre governos federal e estadual com a iniciativa privada.

"Os investimentos públicos e privados são a chave para nosso crescimento sustentável, pois essa parceria entre público e privado amplia nossa capacidade de produzir, escoar, exportar, importar, traz inovação, eficiência, gera emprego, gera renda", enfatizou a presidente, em cerimônia de inauguração do Berço 100, alargamento do cais sul e ampliação do Porto de Itaquí.

A obra, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é marcada por uma série de atrasos e indícios de irregularidades, conforme informou o Estado ontem, Dilma disse que o crescimento econômico vai exigir do País investimentos nos portos nacionais e planejamento de longo prazo.

"Nós sabemos que a expansão do crescimento econômico do nosso país vai impor desafios para o setor portuário, conto com essa empresa (Empresa Maranhense de Administração Portuária), porque vamos precisar sistematicamente planejar, temos de planejar para expandir nossa capacidade, prestar serviços de qualidade, para desburocratizar procedimentos", disse a presidente.

Dilma ressaltou que o Brasil precisa de uma estrutura logística e, por isso, dá prosseguimento ao grande esforço do governo de investir em infraestrutura. "Na próxima quinta-

feira, vamos apresentar ao País um conjunto de ações de investimentos e novas regras regulatórias (para o setor de portos) para dar estabilidade ao investimento, dar previsibilidade para ampliar a competitividade e assegurar eficiência", afirmou. O governo já lançou outros pacotes de medidas este ano voltados para rodovias e ferrovias.

Para a presidente, portos eficientes vão assegurar a redução do custo de produtos industriais, aumentar a competitividade e sobretudo melhorar os níveis de vida da população.

Dilma ainda disse que o pacote que será lançado na quinta-feira traz "toda uma legislação de portos" e um conjunto de investimentos, "sempre olhando essa grande parceria que é entre governo, tanto estadual quanto federal, mas sobretudo trazendo também a iniciativa privada".

O Governo Federal deverá prorrogar os contratos de arrendamento dos terminais portuários vencidos nos últimos anos - ou que estão para expirar. A expectativa é que as empresas tenham mais 25 anos de prazo para administrar as atuais instalações portuárias.

Em contrapartida, terão de investir pesado na ampliação e modernização dos terminais, além de se adequar às regras que serão incluídas no pacote de portos. Calcula-se que 98 contratos envolvendo terminais Brasil agora estão vencidos - ou para vencer. O objetivo é turbinar o volume de investimentos no setor e criar mais concorrência, suficiente para reduzir os custos logísticos no País.

PIB. Dilma evitou ontem a imprensa e não quis comentar o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre, após cerimônia de condecoração no Palácio dos Leões, sede do governo maranhense. O crescimento do PIB de julho a setembro foi de apenas 0,6% na comparação com o segundo trimestre deste ano.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Floresta Amazônica perde 240 mil km²		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em dez anos foi desmatada uma área equivalente ao Reino Unido, revela o atlas "Amazônia sobre Pressão"; 80% do desmate ocorreu no Brasil

HERTON ESCOBAR - O Estado de S.Paulo

Apesar da redução do desmatamento no Brasil, a Floresta Amazônica continua a desaparecer do mapa em ritmo alarmante no continente. Em dez anos, de 2000 a 2010, a Amazônia perdeu cerca de 240 mil quilômetros quadrados de cobertura florestal, uma área do tamanho do Reino Unido e pouco menor que o Estado de São Paulo. Oitenta por cento desse desmatamento ocorreu no Brasil, que tem - de longe - a maior área de floresta do continente (62%).

Os dados são do atlas Amazônia sob Pressão, publicado hoje pela Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (Raisg), formada por 11 organizações dos 9 países amazônicos -Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Periodicamente, a Raisg publica mapas, gráficos e tabelas com dados detalhados sobre o desenvolvimento - e a destruição - da região.

O desmatamento acumulado na década corresponde a 4,5% da área de floresta que estava de pé até o início do século (68,8 milhões de km²).

O Brasil foi o país que mais desmatou, mas também o que combateu o desmatamento com mais eficiência nos últimos cinco anos do período (2005-2010), em que a taxa anual de desmate caiu de 19 mil para 7 mil km². Mais recentemente, no período 2011-2012, o índice caiu ainda mais, para cerca de

4,6 mil km² - a taxa mais baixa já registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1988.

"Tudo o que o Brasil faz tem enorme influência nos outros países amazônicos", diz o coordenador-geral do Raisg, Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA). Nesse sentido, o País tem dado um bom exemplo com seus sistemas de monitoramento via satélite. Ao mesmo tempo, dá sinais preocupantes com a ocupação desordenada e predatória da floresta e com as discussões do Código Florestal.

O balanço geral do atlas é preocupante, apesar de 45% da região estar coberta por unidades de conservação e terras indígenas (comparado a 41% em 2009). Segundo Ricardo, as ameaças à floresta "têm aumentado exponencialmente".

"O famoso arco do desmatamento na fronteira leste da Amazônia brasileira se juntou ao das terras baixas da Amazônia boliviana. Em cima disso, temos o arco dos interesses pela exploração de petróleo, gás e hidrelétricas nos países andinos. Além do enorme volume de interesses de mineração sobreposto a várias áreas protegidas", diz ele. Segundo o atlas, há 171 hidrelétricas em operação na Amazônia e 246 projetadas ou em estudo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma: regras para portos darão estabilidade ao investimento no setor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

País tem 98 terminais com licenças vencidas ou a vencer, que terão de se adequar

Chico de Gois

Enviado especial

Paulo Justus

SÃO LUÍS e SÃO PAULO No Maranhão, onde participou da cerimônia de ampliação do Porto de Itaqui, a presidente Dilma Rousseff disse que o pacote de medidas para os portos, que será lançado esta semana, terá um conjunto de novas regras regulatórias, ações e investimentos. Segundo Dilma, as medidas têm o objetivo de dar estabilidade ao investimento no setor, ampliar a competitividade e reduzir a burocracia.

- Vamos apresentar um conjunto de ações e investimentos em novas regras regulatórias para dar estabilidade ao investimento, ampliar a competitividade e assegurar eficiência. Quinta-feira vamos lançar uma legislação de portos e definir o conjunto de investimentos que serão tornados possíveis sempre olhando essa grande parceria entre governo estadual, federal e também trazendo a iniciativa privada - disse.

De acordo com a presidente, ter portos eficientes é um dos desafios da área de infraestrutura de transportes do país. Dilma também destacou a importância do planejamento a longo prazo no setor portuário para fortalecer a gestão, reduzir custos e elevar a eficiência:

- Um dos desafios está aqui, em portos eficientes. Com eles, vamos diminuir os custos e melhorar os ganhos do agronegócio, reduzir os custos dos nossos produtos industrializados, vamos aumentar a nossa competitividade no que se refere a mercado internacional.

Dilma inaugurou ontem o Berço 100 e o alargamento do cais do Porto de Itaqui, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que consumiu R\$ 139,5 milhões, e defendeu a desburocratização de procedimentos. A presidente disse que a ampliação de um porto viabiliza a construção de ferrovias, rodovias e a atração de indústrias.

Da quantia total de mais de R\$ 40 bilhões que deverão ser anunciados no Programa de Investimentos em Logística para a área de portos, estarão investimentos de curtíssimo prazo da ordem de R\$ 10,3 bilhões nos terminais portuários com licenças vencidas ou a vencer. O cálculo é da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). O programa vai propor que, para renovar os contratos, as empresas invistam em adaptações de antigas instalações.

um limbo regulatório

Dos 98 terminais nessa situação, pelo menos 55 que estão atualmente operantes terão condições de aderir à proposta. Outros cerca de R\$ 10 bilhões devem ser propostos para investimentos em terminais de grãos e algo em torno de R\$ 11 bilhões em terminais de contêineres, pelo programa. Boa parte desses investimentos - a maioria privados, exceto pelas estatais com terminais - deve ser desembolsada nos próximos 12 meses. A quantia restante será de novos investimentos e concessões.

Na expectativa do anúncio do novo pacote, terminais com contratos antigos e assinados sem passar por licitação pública vivem numa espécie de limbo regulatório. Para manter as portas abertas, muitos conseguiram liminares na Justiça, como os grupos de agronegócio Louis Dreyfus e Fischer, que operam no Porto de Santos (SP).

Há operações com contratos já vencidos. A Transpetro, subsidiária da Petrobras na área de armazenagem de petróleo e derivados, mantém dois terminais nessa condição. No porto de Cabedelo (PB), usado para suprir o mercado de derivados de petróleo da Paraíba, o contrato de concessão expirou em 2009. Já no Porto de Itaqui, a concessão do terminal utilizado para suprir os mercados de Maranhão, Piauí, parte do Pará e Tocantins venceu em 2004. A estrutura é utilizada como entreposto de importação e cabotagem de derivados para atendimento aos mercados de Manaus até Salvador.

Essas concessões foram assinadas antes da Lei dos Portos, de 1993, quando não havia exigência de processo licitatório. (Colaborou Danilo Fariello)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO SP recusa plano do governo que barateia energia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para Cesp, programa de Dilma para renovar contratos de concessão de hidrelétricas é economicamente inviável

O governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Cesp (Companhia Energética de São Paulo), recusou a proposta do Palácio do Planalto de renovação dos contratos de três usinas hidrelétricas. A decisão instalou o primeiro obstáculo nos planos de Dilma de reduzir em 20%, em média, o custo da energia no país.

O plano da presidente era convencer as empresas a baixar custos, em troca de renovar as concessões que terminariam nos próximos anos. Assim, elas faturariam menos, mas ganhariam o direito de explorar a companhia por mais tempo.

A Cesp considerou a proposta economicamente inviável, pois iria gerar prejuízo.

Sem essas três usinas (Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia), a previsão de analistas é que a redução de tarifa não passe de 18%.

Ontem, as ações da Cesp, que haviam caído 37% desde o plano de cortes de tarifa, subiram 8,9%.

A Eletrobras já aderiu ao plano do Governo Federal. A Cemig decide hoje.

Cesp recusa renovação e limita plano de Dilma para baratear luz

SP julgou que acordo era inviável em 3 usinas; com isso, redução da energia pode não chegar a 20%

Eletrobras, de controle estatal, aderiu a proposta do governo; ações da companhia paulista subiram 8,9%

DE SÃO PAULO DE BRASÍLIA

Uma decisão da Companhia Energética de São Paulo colocou ontem o primeiro obstáculo nos planos do Governo Federal de reduzir em 20% na média o custo da energia elétrica no país.

Para baratear a luz, a presidente Dilma tem dois instrumentos. O primeiro, já usado, foi retirar encargos

federais da conta de luz. O segundo não depende dela: convencer as empresas do setor a baixar seus custos, em troca de renovar as concessões que terminariam nos próximos anos. Ou seja, elas faturariam menos, mas ganhariam o direito de explorar a companhia por mais tempo.

O prazo para que as empresas aceitem termina hoje. No entanto, a Cesp considerou economicamente inviável aceitar a proposta no caso de três usinas que, juntas, somam 25% da energia em questão.

Sem elas, a previsão de analistas é que a redução de tarifa não passe de 18%.

A decisão da Cesp jogou água na já esperada adesão da Eletrobras, que responde por quase 70% das renovações. Mais da metade das ações do grupo são da União.

Exatamente por isso, minoritários pediram que a União fosse impedida de votar. Segundo eles, interesses do governo suplantariam os de acionistas: a renovação reduz o faturamento futuro das empresas, derrubando o preço dos papéis e os dividendos pagos (uma vez que eles dependem dos lucros).

Ontem, por exemplo, as ações da Cesp, que haviam caído 37% desde o plano de corte de tarifas, subiram 8,9%. As ações da Eletrobras já caíram quase à metade desde o anúncio pela MP e ficaram estáveis.

Além de Cesp e Eletrobras, a Cemig é relevante para que os planos do governo se cumpram. A empresa deve decidir hoje se adere à renovação.

(AGNALDO BRITO, TATIANA FREITAS E RENATA AGOSTINI)

Sobe-desce no setor elétrico

48 %

foi quanto caíram as ações da Eletrobras desde o anúncio do plano do governo

8,9%

foi a alta da Cesp após recusa

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma convoca Mantega e cobra ações para estimular a economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Insatisfeita com a baixa taxa de crescimento do ano, estimada em 1,2% pelo mercado, a presidente Dilma Rousseff reúne-se hoje com o ministro da Fazenda no Palácio do Planalto para traçar novas medidas de incentivo ao consumo e à produção

Dilma cobra de Mantega mais ações para crescimento

Após decepção com resultado do PIB, presidente convoca ministro da Fazenda para estruturar novas medidas

Simone Cavalcanti, de Brasília

Após a decepção com o crescimento da economia no terceiro trimestre do ano, a presidente Dilma Rousseff convocou para hoje uma reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, específica para tratar do tema. Ela quer uma avaliação mais apurada do que não deu certo, uma vez que houve uma série de medidas para estimular o consumo, o juro básico está em seu menor nível histórico e o real se desvalorizou 15% em relação à cotação do dólar em novembro do ano passado. Mas, principalmente, estruturar novas medidas que possam, de fato, fazer com que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2013 cresça ao menos os 4% prometidos pelo chefe da equipe econômica — muito embora o número oficial seja de 4,5%. Na sexta-feira passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o ritmo da atividade foi ampliado em apenas 0,6% entre julho e setembro frente aos três meses anteriores, abaixo, portanto, do esperado pelo governo (al-go entre 1% e 1,3%). Dilma não gostou de o resultado ter ficado distante das projeções que foram entregues a ela.

Mais medidas

Mantega já afirmou que novas ações podem ser anunciadas, inclusive, este ano. Entre elas, a ampliação de setores que contarão com a desoneração da folha de

pagamentos e a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), gerido pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Mais do que anunciar medidas, é preciso que o tempo de implementação seja mais rápido”, disse ao Brasil ECONÔMICO Flavio Castelo Branco, economista-chefe da Confederação Nacional da Indústria (CNI), referindo-se à burocracia para a efetivação das medidas, como a redução das taxas de juros cobradas no PSI. “Se a implementação é mais lenta, se demora, vira um desestímulo aos investimentos.” As projeções de Castelo Branco para 2013 miram dois cenários, ambos considerando que a crise externa continua: o primeiro leva em conta a efetividade plena das medidas anunciadas este ano, com aumento da competitividade e da produtividade. Isso levaria o PIB a acelerar na casa dos 4% — mesma projeção de Mantega.

O outro, se não for possível obter os ganhos previstos pelas ações do governo, o teto para o crescimento ficará em 3%. O presidente da CNI, Robson de Andrade, ressaltou que ainda há algumas frentes que podem ser usadas para incentivar a competitividade das empresas e, conseqüentemente, o nível de investimentos. Citou a renovação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), o fim da guerra fiscal e a desoneração total dos investimentos. “Os investimentos são responsáveis pelo crescimento duradouro da economia”, ressaltou ao apresentar as projeções da Confederação para 2013. Apesar de o PIB ter acelerado 0,6% integrantes do governo ainda tentam passar uma mensagem de otimismo. Lembram que essa foi a maior alta desde o primeiro trimestre do ano passado. Ainda assim seguem os rumores entre os analistas de mercado de que o ministro Guido Mantega, desta vez, pode deixar o cargo.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Ano foi perdido na avaliação da CNI		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Confederação prevê expansão de só 0,9% para o PIB de 2012 e retração de 0,6% na indústria

Este foi um ano perdido na avaliação dos integrantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que prevêem um crescimento de 0,9% para a economia e uma queda de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. “O incentivo ao consumo não é o problema em si, mas é necessário fazer com que essa demanda chegue na indústria nacional”, nota o economista-chefe da entidade, Flávio Castelo Branco. O consumo está aquecido, o varejo cresce há anos consecutivamente, mas a indústria patina. “Essa demanda continua sendo suprida pelas importações”, disse. De acordo com a avaliação feita pelo economista da Confederação e

expressa no Informe Conjuntural, o retrocesso da indústria retrai os investimentos, que precisam expandir em equilíbrio com o consumo das famílias para um bom equilíbrio econômico. Bem longe do que esperava o governo, a projeção da CNI é que os investimentos neste ano recuem 4,5%. Na contra-mão, a demanda deve se elevar 3,1%. Para 2013, a projeção da CNI é de uma recuperação, com crescimento dos investimentos na casa dos 7% e certa manutenção do nível de alta da demanda (3,8%). O economista-chefe ressalta que, com o desaquecimento da indústria neste ano, sua participação no PIB do país cairá ainda mais em 2012..